

“ELES MANDAM”: OPERAÇÕES CONSORCIADAS NA ORLA FERROVIÁRIA

Euler Sandeville Junior (FAU USP / PROCAM USP, LABCIDADE - Núcleo de estudos da Paisagem)

SANDEVILLE JR., Euler. “Eles mandam”: operações consorciadas na orla ferroviária. São Paulo: Informativo FAU n. 7, 2014, pg 17-20. Disponível em <http://www.espiral.fau.usp.br//e-publicacoes/2014-Euler-Elesmandam-OperacoesConsoiciadasnaOrlaFerroviaria.pdf>

Os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, tal como vinha propondo pela Universidade Livre e Colaborativa e LABCIDADE (os documentos estão disponíveis em <http://espiral.net.br>) e como chegamos a um entendimento com o Movimento Belas Artes, que também demandava um instrumento semelhante mais voltado para a obtenção de incentivos, acabaram incluídos no segundo substitutivo do Plano Diretor apresentado pela Relatoria do vereador Nabil Bonduki (o primeiro substitutivo foi aprovado em primeira votação em 30 de abril passado). São tratados nos artigos 314 a 317 do novo substitutivo. Esse novo substitutivo, que decorre de uma série de emendas e postulações apresentadas ao primeiro, foi publicado no Diário Oficial de 17 de junho passado (disponível em https://www.dropbox.com/s/um3yo0nw8iez8cu/MINUTA_SUB2_PDE2013_2014.06.16.pdf)

Os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem podem vir a ser um instrumento inovador e indutor para potencializar práticas afetivas, culturais e cognitivas na cidade. O diferencial dessa proposta está na integração de patrimônio cultural e natural e entre educação, produção local de conhecimento e cultura, no reconhecimento de manifestações culturais das pessoas e da autogestão de grupos culturais, a partir do reconhecimento de conjuntos simbólicos significativos na cidade. Os Planos Diretores geralmente não reconhecem a cultura como uma questão urbana, caracterizando-se esta proposta, então, como um instrumento inovador que abrirá novas possibilidades de fruição, intercâmbio e formação na cidade.

A cultura comparecia, nas redações até este último substitutivo do Plano Diretor, dissociada dos aspectos educativos e criativos do urbano e vista fundamentalmente como uma questão de captação de recursos. Isso nos parece contraditório na construção de uma proposta para reconhecimento da dimensão cultural na cidade. Ao contrário, é necessário explicitar e partir da cidade como um espaço educativo e criativo de construção de saberes, ações e conhecimentos. Reconhecemos que a dimensão da produção e da economia, que se expressa na demanda por captação de recursos e incentivos, são necessários, mas procuramos construir uma forma de que tais aspectos não sejam o que define a inserção da cultura como temática no Plano Diretor, e que cultura e educação dialoguem com a construção de conhecimentos sobre a cidade.

Na proposta que vinha apresentando desde 2013, previa a criação de alguns Territórios (utilizava outra denominação), dos quais apenas dois vieram a ser criados: Jaraguá/Perus e o Paulista Luz. Tinha muita esperança de conseguir ao menos a indicação para a criação de Territórios periféricos importantes para a finalidade pensada para o instrumento, que articularia então esses Territórios em um programa de trocas, compreensão e fruição da cidade:

I. A região do Jaraguá e Butantã, com as Universidades e Instituições científicas,

polos de desenvolvimento, patrimônio histórico e artístico na região.

II. A região da Várzea do Tietê; em especial parte da APA do Tietê, incluindo o Parque Ecológico do Tietê, os assentamentos humanos na região do pantanal, integrados aos equipamentos e ao patrimônio histórico na região de São Miguel e Itaim;

III. A região de Parelheiros e Colônia, caracterizada pela existência de reservas indígenas e monumentos naturais como a Cratera de Colônia e de parques naturais;

IV. O eixo ferroviário da cidade, incluindo o conjunto de galpões e edifícios de interesse histórico ao longo das ferrovias no Brás, Pari, Belém, Lapa, Ipiranga etc.

Embora este tenha sido o único ponto não contemplado no novo substitutivo nessa temática dos Territórios, que agora vai a votação, pode ser contornado, já que a proposta prevê e estimula a possibilidade de criação de outros. No entanto, uma questão em particular me preocupava simultaneamente: o Território da Orla Ferroviária. Tanto preocupava que fizemos gestões para incluir, além desse Território, o reconhecimento, em outras seções, do patrimônio ferroviário, industrial e operário nesse setor da cidade. O que propusemos? Basicamente, a partir de estudos desenvolvidos com a geógrafa Angelica Simone, uma alteração no Art. 12., parágrafo 1, inciso I, que passaria a ter a seguinte redação:

I - transformações estruturais orientadas para a **recuperação de imóveis e locais de referência da memória operária valorizando a dimensão histórica e patrimonial da paisagem**, estimulando usos e atividades compatíveis com sua preservação, a diversidade de usos urbanos e culturais e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, admitindo-se o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica mediante estudos específicos que considerem a configuração de paisagem e a memória operária a que se refere este inciso

Esperávamos com isso colocar em discussão o modelo pensado para a chamada Orla Ferroviária. De fato foi incluído o reconhecimento desse patrimônio, mas sem colocar em discussão qualquer salvaguarda efetiva, ou mesmo repensar o modelo de adensamento. Ficou reconhecido, mas de modo muito tímido, e que consideramos basicamente nominal, pois não discute nem repropõe o modelo urbanístico de "desenvolvimento" no novo substitutivo, o que não consideramos suficiente:

I – transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural, em especial o ferroviário e o industrial;

E por que preocupa essa região? Trata-se, além de um estoque de terras centrais inacreditável, dos testemunhos da cidade industrial que está na origem da São Paulo que conhecemos, ou seja, os testemunhos da história ferroviária, industrial e operária na região. Muito desvalorizado, como tudo o que se refere ao trabalho operário, essas áreas são vistas como áreas degradadas e, para o setor da construção, imobiliário, e financeiro (que provavelmente detém boa parte desses galpões), são vistos tão somente como estoque de terras.

Pois tudo virá abaixo, aos poucos. Mas logo.

Temos nesse setor as Operações Água Branca e Mooca-Vila Carioca, que agora chama-se agora Bairros do Tamanduatei (disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/MVC_SUB_geral_Z.pdf). Adensar a região não é contraditório. Contraditório é esse modelo de grandes torres, sem que se discuta o aproveitamento do patrimônio edificado, sobretudo em uma perspectiva social, as atividades econômicas já existentes que serão expulsas juntamente com a população de baixa renda. E, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, a criação de um modelo construtivo repetitivo, homogeneizador, igual ao de todos os outros setores da cidade, ao invés de trabalhar com o existente, com a busca criativa de novas tipologias e sobretudo com mecanismos de proteção da população de baixa renda.

Trata-se de uma área de 1669 ha, com uma população de 139.648 habitantes e menciona cerca de 46.000 unidades habitacionais de média e baixa renda (do total de 83958 previstas, sendo que Minha Casa Minha Vida e PPPs tornam essa demanda social de média e baixa renda em mercado, sujeito a processos especulativos, como já se nota em alguns trechos da cidade). O Plano da Operação Consorciada (e nenhum Plano é cumprido) é muito bem apresentado, sedutor. O processo participativo, como tem sido por SMDU nesta gestão e nas anteriores, é nominal, carece de uma elucidação prévia da população do que se discute e suas implicações, e vem embalado por "efeitos especiais", no caso, desenhos e promessas).

O projeto é de Vigliecca & Associados (na verdade, o Consórcio CMVC), o mesmo escritório que fez o da Operação Butantã-Vila Sonia (prevista no PDE 2002), que tinha um estudo sedutor cheio de inviabilidades, segundo apontaram os moradores, que apontaram inclusive erros de desenho na concepção dos espaços públicos, restando de fato a previsão do adensamento. Na licitação para as operações urbanas (2011?) (seria interessante estabelecer as conexões), participaram 7 consórcios, foram habilitados 5:

- Rio Verde-Jacú - CDIW (Diagonal Empreendimentos, Jorge Wilhelm Consultores Associados, Idom e Consult Soluções Patrimoniais) e Cidade Compacta (Concremat Engenharia, Aedas, Bruno Happold, Aflalo e Gasperini Arquitetos e Unitas Consultoria e Empreendimentos) - bairros de São Miguel, Itaquera e São Mateus, cortados pelo atual complexo viário Jacu-Pêssego
- Lapa-Bras: consórcio Aecom + CNEC WorleyParsons (CNEC WorleyParsons e Aecom)- o enterramento dos trilhos de quatro linhas da CPTM, a construção de uma avenida-parque de 12 km e o adensamento populacional aliado à oferta de habitações de interesse social
- Mooca-Vila Carioca disputaram: consórcios Nova São Paulo (Aval Serviços de Engenharia, Rogers Stirk Harbour + Partners LPP, Geotec Consultoria Ambiental, Lu Fernandes Escritório de Comunicação e AW Construções e Empreendimentos) e CMVC (Hector Vigliecca e Associados, Astoc GmbH, Walm Engenharia e Contacto Consultores Associados) tendo ganhado em 2012 o CMVC. A intenção é mudar o perfil de ocupação das áreas subutilizadas dos galpões e armazéns industriais da região Sudeste da cidade, promovendo o uso misto

Os sete consórcios que participaram seguem abaixo:

- Consórcio AECOM + CNEC WorleyParsons (CNEC WorleyParsons e AECOM);
- Consórcio Nova São Paulo (Aval Serviços de Engenharia, Rogers Stirk Harbour +

- Partners LPP, Geotec Consultoria Ambiental, Lu Fernandes Escritório de Comunicação e AW Construções e Empreendimentos);
- Consórcio CMVC (Hector Vigliecca e Associados, Astoc GmbH, Walm Engenharia e Contacto Consultores Associados);
 - Consórcio Tamanduateí (LOGOS Engenharia, RTKL Associates, Mia Green, Piratininga Arquitetos Associados e Arcadis Tetraplan);
 - Consórcio Cidade Compacta (CONCREMAT Engenharia, AEDAS, Bruno Happold, Aflalo e Gasperini Arquitetos e Unitas Consultoria e Empreendimentos);
 - Consórcio Rede Cidade (De Dournier & Associados, ERV Architectes Associats, Jornet-Llop-Pastor, Deloitte Touche Tohmatsu, In Press Assessoria de Imprensa, Geoconsult, Cema Consultoria, Levisky Arquitetos Associados e Logit);
 - Consórcio CDIW (Diagonal Empreendimentos, Jorge Wilhelm Consultores Associados, Idom e Consult Soluções Patrimoniais).

Agora, precisamos atualizar essas informações. Observem que duas dessas operações estão literalmente ligadas - Lapa/Bras e Mooca/Vila Carioca formam um contínuo, a "flecha do futuro" (menos visível) do "arco do futuro" sobejamente anunciado (todo arco tem uma flecha, resta saber para onde aponta), para a qual eu alertava já na época da campanha do Hadad, quando ainda estava (erro meu) desinformado dessas coisas todas, mas era evidente o processo.

Seria muito interessante contar aqui com um equivalente do estudo "Eles Mandam" disponível em <http://reporterbrasil.org.br/elesmandam/>, não no sentido de que haja irregularidades no processo, que não devem haver, mas de explicitar as conexões entre esses grupos de poder econômico e seus agentes, que disputam interesses contraditórios no espaço urbano, e de como se relacionam com a Prefeitura e o Estado (veja-se, por exemplo, a excelente etnografia do poder - podemos chamar assim - O Urbanista Acidental, de Rafael Cariello, infelizmente indisponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-84/questoes-paulistanas/urbanista-acidental>), e em particular com SMDU, com a SP Urbanismo e com a migração de personagens da gestão Kassab para um centro de estudos urbanos na Universidade de São Paulo, a partir da igualmente passada gestão Rodas, que embora passadas, se mostram muito presentes.

Dentre as coisas que um primeiro contato já evidenciam como altamente negativas e ou problemáticas:

- tipologia que tende a trazer problemas ambientais pela massa de prédios prevista, inclusive dificultando a dispersão de poluentes,
- tipologia arquitetônica e urbanística estereotipada e homogeneizadora da paisagem urbana, sem consideração criativa do material já existente, tratado apenas como demolição
- não valorização dos testemunhos industriais e operários da cidade,
- não valorização das atividades econômicas e da população já residente, e suas especificidades étnicas e culturais, que será expulsa da região e substituída por novos moradores que se integrem ao modelo urbanístico proposto

Não estou dizendo que a região não precisa de um plano urbanístico, é obvio demais que sim, e tentava antecipar isso com o Território da Orla, que seria, é claro, insuficiente por permitir olhar apenas a dimensão cultural e educativa da cidade. Mas poderia ser um ponto de partida, porém a coisa já está bem avançada, como este rápido levantamento permite perceber, bem como a recente votação, sempre atabalhoada, da Operação Barra

Funda e a chamada para apresentação pública da Operação Mooca-Vila Carioca. O problema não está em haver um plano, e nem mesmo na verticalização (chamada sempre de adensamento) que poderia ser parcial e controlada, mas no modelo do plano generalista e liberalizante que está sendo proposto para a cidade e na ausência de controles, inclusive de processos efetivamente participativos de concepção e decisão sobre tão importantes, e definitivas, alterações no urbano. O desenho da Orla Ferroviária definirá seus sentidos, a imagem da cidade, a oportunidade quase perdida de um desenho criativo, inovador, pensado em relação com a história das estruturas existentes e com a vivência dos moradores e empreendedores locais, com a herança cultural em transformação sem dúvida, mas que assim é tratada a partir de um corte radical, o quanto, a seu termo, o mercado for capaz de determiná-lo.